



RELATÓRIO ANUAL

PREVIG 2017

Terra

VIDA RECICLAR

Atitude **Plantas**

ECOLOGIA

ECO ÁGUA

PRESERVAÇÃO

Atitude

Clima

NASCENTE

ÁGUA RECICLAR

ECOLOGIA *Preservar*

Sustentabilidade **CONSERVAÇÃO**

RECICLAR VIDA Coleta Terra

Semear

ECOLOGIA

Preservar

Atitude

CONSERVAÇÃO

ECO

VIDA

ECO

Clima

Plantas

NASCENTE

VIDA

ECOLOGIA

Terra

Preservar

Clima

ÁGUA

Atitude

CONSERVAÇÃO

Semear

Sustentabilidade

SUMÁRIO

Mensagem da Diretoria	4
Fatos Relevantes 2017	5
Seguridade	8
Quadro de Participantes	8
Receitas Previdenciárias	9
Benefícios Pagos	9
Investimentos	11
Demonstrativos de Investimentos	11
Resumo da Política de Investimentos	15
Custeio Administrativo	20
Demonstrações contábeis	21
Notas Explicativas	27
Parecer Atuarial	51
Plano BD	51
Plano CD/BSPS	52
Parecer dos Auditores Independentes	53
Parecer do Conselho Fiscal	56
Parecer do Conselho Deliberativo	57



MENSAGEM DA DIRETORIA

DEDICAÇÃO E COMPROMISSO COM O PRESENTE E FUTURO

Refletindo sobre o ano de 2017, pensamos em diversos acontecimentos positivos na gestão da PREVIG. Foi um ano de motivação para ações mais sustentáveis, em busca do fortalecimento da Entidade.

Buscamos o melhor desempenho, com a contratação de uma consultoria especializada no desenvolvimento do Planejamento Estratégico, projetando um futuro sustentável para os próximos anos. Revisamos a missão da PREVIG, estabelecemos novos objetivos e traçamos um Plano de Ação, visando cada vez mais consolidar a PREVIG como Entidade que administra Planos de Previdência com excelência, garantindo um futuro tranquilo com qualidade de vida aos seus Participantes, Assistidos e familiares.

Podemos classificar 2017 como um ano de aprendizado, organização interna e promoção da sustentabilidade em diversos âmbitos. A atitude sustentável encontra em um ambiente organizacional uma forma de tornar todas as operações relacionadas eficientes e de fato sustentáveis para o melhor funcionamento.

Para a sustentabilidade dos Planos de Benefícios, o resultado no ano que passou também foi bastante positivo, a PREVIG apresentou uma rentabilidade acima das respectivas metas em todos

os Planos administrados. Desta forma, atingiu um patrimônio total de mais de R\$ 1,3 bilhões.

Com 15 anos de história, dedicação e bom desempenho completados em 2017, o contínuo processo de aprimoramento da Governança, composta pelos Conselhos, Comitês, Diretoria Executiva e corpo técnico, confirma uma Gestão cada vez mais sólida e eficaz, fazendo com que o presente e o futuro dos Participantes e seus familiares possam ser tranquilos.

Além da responsabilidade em cuidar de um patrimônio tão importante, a Entidade também investe no relacionamento com os Participantes e na promoção da educação financeira e previdenciária, que caminha de mãos dadas com a previdência complementar.

Entendemos que, com atitudes positivas e o pensamento voltado para o futuro é possível alcançar os melhores resultados. Contando sempre com o apoio dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de Investimentos, Patrocinadoras e Colaboradores, a PREVIG continuará seu incansável trabalho diário na gestão dos planos de benefícios, visando à manutenção do bem estar dos seus Participantes.

A DIRETORIA

FATOS RELEVANTES 2017

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREVIG 2018-2025

Em 2017 a PREVIG iniciou a elaboração do seu Planejamento Estratégico. O trabalho envolveu o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e contou com a consultoria do Instituto FOCO, considerando uma projeção da Entidade até 2025.

DIRETOR SUPERINTENDENTE DA PREVIG FOI REELEITO DIRETOR REGIONAL SUL DA ABRAPP

A ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) elegeu por meio de votação eletrônica a Diretoria Integrada, Diretoria Executiva das Regionais e Conselhos Fiscal e Deliberativo para gestão do triênio 2017/2019. O Diretor Superintendente da PREVIG, Celso Ribeiro de Souza, foi reeleito Diretor Executivo da Regional Sul.

RENTABILIDADE SUPEROU INDICADORES EM 2017

O ano de 2017 foi bastante positivo para a PREVIG. Na Renda Fixa do Plano CD, a Entidade fechou o ano com um resultado de 11,02%, o que representa 111% do CDI. Já na Renda Variável o desempenho foi alinhado com o índice Ibovespa, 26,8%. As modalidades de investimento são consequências desses resultados e apresentaram os seguintes retornos: Renda Fixa: 11,13%, Mix I: 11,88%, Mix II: 13,50% e Mix III: 15,13%. A PREVIG encerrou o ano de 2017 com um patrimônio total de R\$ 1,3 bilhões.

189 PARTICIPANTES OPTARAM PELA MIGRAÇÃO DE MODALIDADE DE INVESTIMENTOS

Anualmente, em março, os Participantes do Plano de Benefício de Contribuição Definida (CD) podem alterar, se desejarem, a sua Modalidade de Investimentos. Dos Participantes do Plano CD, 189 optaram pela alteração de Modalidade de Investimentos, movimentando R\$ 51.503 milhões.



A PREVIG COMPLETOU 15 ANOS

No dia 13 de setembro, a PREVIG comemorou 15 anos. A cada ano a Entidade supera suas metas e reforça o seu comprometimento em proporcionar uma aposentadoria tranquila e com qualidade de vida aos seus Participantes. A PREVIG investe no relacionamento com os Participantes e na promoção da educação financeira e previdenciária, que é fundamental para a previdência complementar, além de ter a responsabilidade de cuidar de um patrimônio tão importante.

Para celebrar a data, a PREVIG lançou um concurso cultural em que os Participantes deveriam enviar uma frase respondendo a pergunta: Qual a importância da PREVIG na sua vida nesses 15 anos? As 15 melhores frases foram escolhidas na reunião da Diretoria Executiva da PREVIG, no dia 11 de setembro. No total, 87 Participantes enviaram suas frases e os vencedores foram premiados.

NOVA PATROCINADORA: DIAMANTE GERAÇÃO DE ENERGIA

Em 23 de outubro de 2017, em reunião extraordinária o Conselho Deliberativo da PREVIG aprovou o Convênio de Adesão com a nova Patrocinadora DIAMANTE Geração de Energia Ltda. As ações da DIAMANTE pertencem à ENGIE Brasil Energia S.A. O processo foi encaminhado para análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 06 de novembro de 2017.

DIRETORIA EXECUTIVA TOMA POSSE

A Diretoria Executiva da PREVIG tomou posse no dia 13 de fevereiro, na sede da PREVIG, em Florianópolis/SC. Escolhida para gestão 2017/2021, é composta pelo Diretor Superintendente, Celso Ribeiro de Souza, que foi escolhido para o seu quarto mandato no cargo; o Diretor Administrativo e Financeiro, Levi Nagano, e a Diretora de Seguridade, Regina de Souza.



NOVOS GERENTES PARA AS ÁREAS DE INVESTIMENTOS E SEGURIDADE

Desde de julho de 2017, a PREVIG conta com dois novos Gerentes. José Carlos Richter Júnior assumiu a Gerência de Seguridade e Flávio Silva de Lima passou a ocupar o cargo de Gerente Investimentos.



José Carlos Richter Júnior



Flávio Silva de Lima

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA - A ESCOLHA CERTA

Desenvolvido pela PREVIG e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV), o Programa integrado de educação financeira e previdenciária A Escolha Certa difunde os conceitos da previdência complementar, promove a educação e a conscientização financeira e estimula a poupança de longo prazo.

O projeto, que antes seria desenvolvido individualmente por cada entidade, passou a ser integrado, possibilitando maior amplitude na troca de experiências e um custo mais baixo para as entidades envolvidas.



Portal: www.aescolhacerta.com.br

Facebook: www.facebook.com/programaaescolhacerta

Em 2017 o Programa realizou diversas ações, como os concursos culturais alusivos às datas comemorativas, vídeos de educação financeira e previdenciária, cursos e simuladores. Confira as ações realizadas:



Inclusão Digital para assistidos

Ação gratuita de incentivo a inclusão digital os Assistidos da Entidade, em parceria entre o com a Unisul e a Prefeitura de Tubarão.

Quiz Minuto da Previdência

Para promover esta ação, foram feitas quatro rodadas de perguntas em formato de Quiz. Em cada edição foi lançado um vídeo e após assistir, os participantes deveriam responder perguntas relacionadas e concorriam a prêmios.

Simulador "Você já pensou no seu futuro hoje?"

Para ajudar os participantes a organizarem as finanças pessoais, o Programa A Escolha Certa lançou em março um simulador que possibilita planejar o destino da renda.

Concursos Culturais:

- Recordar é viver (Dia das Mães)
- A Voz da Experiência (Dia do Jovem)
- Poupar: Papo de Família (Dia das Crianças)
- Pais e filhos saudáveis (Dia dos Pais)

SEGURIDADE

1.1. QUADRO DE PARTICIPANTES

A PREVIG encerrou o exercício de 2017 com 2.855 Participantes, sendo que destes, 26,74% recebem benefício dos Planos administrados pela Previg.

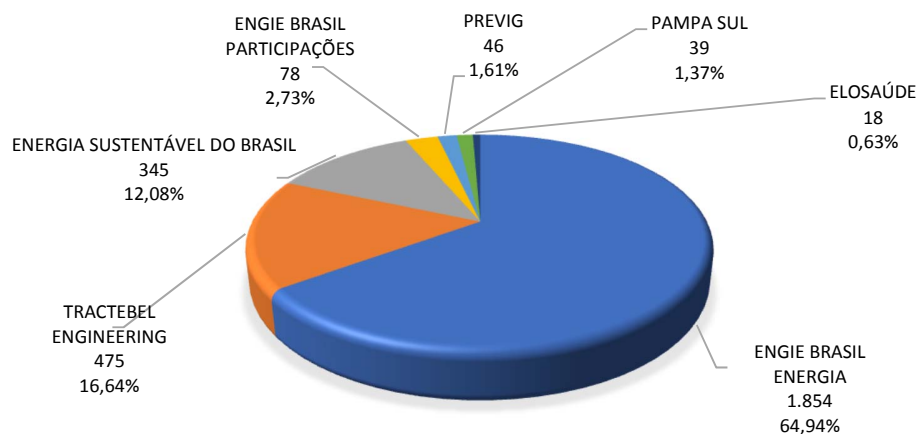
Tivemos também no período 159 novas adesões e 140 desligamentos do quadro de Participantes.

PARTICIPANTES POR SITUAÇÃO - 31/12/2017

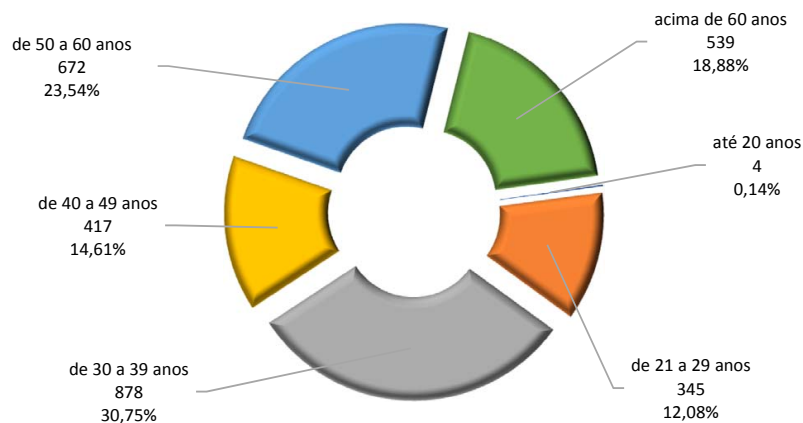
Quadro de Participantes			
SITUAÇÃO / PLANO	BD	CD	TOTAL
Ativos (*)	5	1862	1867
Autopatrocinadores	0	88	88
BPD	6	80	86
Aposentados	380	355	735
Pensionistas	59	20	79
TOTAL	450	2.405	2.855

(*) Inclui, dentre os 1.862 participantes ativos do plano CD, 105 empregados que encontram-se em situação transitória de desligados na patrocinadora e que perante o plano, estão "aguardando definição".

PARTICIPANTES POR PATROCINADORA - 31/12/2017



PARTICIPANTES POR FAIXA ETÁRIA – 31/12/2017



1.2. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

As receitas previdenciárias da PREVIG em 2017 somaram R\$ 47.514 mil, sendo 45,88% relativas às contribuições de Patrocinadoras, 54,12% relativas às contribuições de Participantes.

Composição das Receitas Previdenciárias - 2017		
Descrição	R\$ Mil	%
Contribuições de Patrocinadoras	21.797	45,88%
Contribuições Normais	10.595	22,30%
Antecipação Aposentadoria	10.143	21,35%
Contribuições Extraordinárias	1.059	2,23%
Contribuições de Participantes	25.717	54,12%
Contribuições Normais Ativo + Autop.	23.421	49,29%
Contribuições Normais Assistidos	1.416	2,98%
Contribuições Extraordinárias	50	0,10%
Portabilidade (entrada)	831	1,75%
TOTAL	47.514	100,00%

1.3. BENEFÍCIOS PAGOS

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos (BD e CD) atingiu, em 2017, R\$ 65.223 mil, sendo 83,89% relativas às aposentadorias programadas, 3,25% referente às aposentadorias por invalidez, 4,63% referente ao pagamento de pensão por morte e 4,63% referente à renda parcelada. Foram 9.546 complementações de benefícios pagas no exercício, resultando numa complementação média da ordem de R\$ 6.060,03.

Além dessas complementações, a PREVIG pagou R\$ 6.001 mil à título de resgates de contribuições a 130 Participantes que se desligaram do Plano e R\$ 406 mil à título de portabilidade a 5 Participantes.

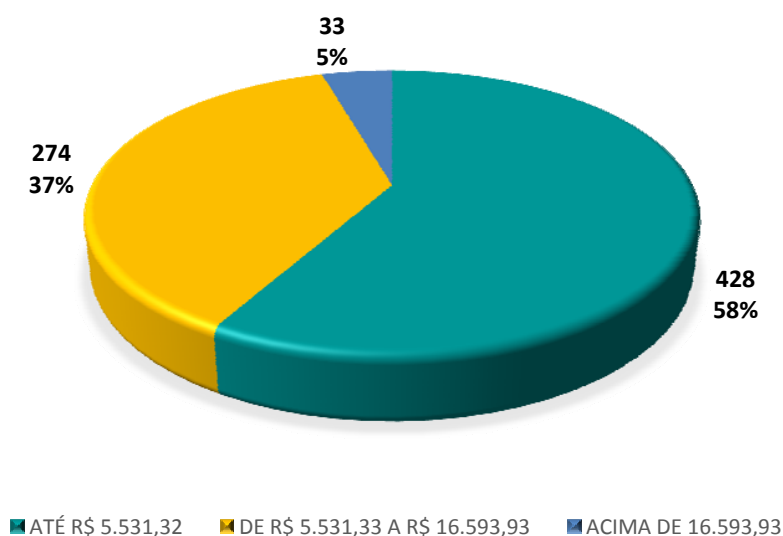
SEGURIDADE

Composição das Despesas Previdenciárias - 2017		
Descrição	R\$ Mil	%
Benefícios dos Planos	65.223	100,00%
Aposentadoria Programada	54.718	83,89%
Aposentadoria por Invalidez	2.118	3,25%
Pensão por Morte	3.018	4,63%
Renda Parcelada	5.316	8,15%
Recalculo Artigo 156	52	0,08%
Institutos	6.407	
Resgates de Contribuições	6.001	
Portabilidade de (Saída)	406	
TOTAL	71.630	100,00%

A PREVIG encerrou o exercício de 2017 com 814 Participantes assistidos, entre aposentadorias programadas e não programadas, sendo 79 pensões.

Em termos de valor, a maior frequência, 58%, verifica-se na faixa de complementação de benefícios que vai até o valor de um teto de benefício da Previdência Social (R\$ 5.531,32 - dezembro/2017).

COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO POR FAIXA DE RENDA – 31/12/2017



INVESTIMENTOS

O ano de 2017 foi marcado por uma recuperação econômica lenta e o fim da recessão, com o Produto Interno Bruto (PIB) positivo (1,0%) após dois anos de retração, sendo o setor de agronegócio o maior destaque. O Índice Ibovespa performou no ano com alta de 26,86% e a taxa Selic encerrou à 7,00% em 2017, após a implementação de uma política monetária acomodatória pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Já os índices de preços ao consumidor, IPCA e INPC, terminaram o ano em patamares comportados com alta de 2,95% e 2,07%, respectivamente.

1.1. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

1.1.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A PREVIG, no consolidado de 2017, obteve um crescimento patrimonial de 8,75%, passando de R\$ 1.205.988 mil no final de 2016 para R\$ 1.311.511 mil em 31/12/2017. A composição desses investimentos por Planos de Benefícios (no caso do Plano CD, por perfis de investimentos), está demonstrada na tabela a seguir.

SEGMENTOS	PLANO BD				PLANO CD			
	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	307.003	98,31%	303.629	98,24%	926.887	93,28%	850.213	95,28%
Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	3.741	0,38%	2.726	0,31%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	43.504	4,38%	20.870	2,34%
Empréstimos	5.286	1,69%	5.430	1,76%	19.472	1,96%	18.507	2,07%
Disponível	7	0,00%	4	0,00%	1	0,00%	15	0,00%
Total	312.296	100,00%	309.063	100,00%	993.605	100,00%	892.331	100,00%

SEGMENTOS	PERFIL RF				PERFIL MIX I			
	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	538.212	97,57%	524.421	97,51%	205.734	91,24%	177.136	94,38%
Estruturados	1.700	0,31%	1.239	0,23%	1.258	0,56%	994	0,53%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	13.705	6,08%	5.296	2,82%
Empréstimos	11.689	2,12%	12.144	2,26%	4.796	2,12%	4.254	2,27%
Disponível	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	551.601	100,00%	537.804	100,00%	225.493	100,00%	187.680	100,00%

SEGMENTOS	PERFIL MIX II				PERFIL MIX III			
	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	55.371	81,24%	47.780	84,38%	51.467	71,24%	27.095	74,38%
Estruturados	380	0,56%	300	0,53%	403	0,56%	193	0,53%
Renda Variável	10.959	16,08%	7.260	12,82%	18.840	26,08%	8.314	22,82%
Empréstimos	1.450	2,12%	1.283	2,27%	1.537	2,12%	826	2,27%
Disponível	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	68.160	100,00%	56.623	100,00%	72.247	100,00%	36.428	100,00%

SEGMENTOS	BSPS				PGA			
	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	76.103	100,00%	73.781	99,98%	5.585	99,55%	4.580	100,00%
Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Disponível	1	0,00%	15	0,02%	25	0,45%	14	0,00%
Total	76.104	100,00%	73.796	100,00%	5.610	100,00%	4.594	100,00%

INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	PREVIG CONSOLIDADO			
	DEZ/17 (R\$ mil)	%	DEZ/16 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	1.239.475	94,51%	1.158.422	96,06%
Estruturados	3.741	0,29%	2.726	0,23%
Renda Variável	43.504	3,32%	20.870	1,73%
Empréstimos	24.758	1,88%	23.937	1,98%
Disponível	33	0,00%	33	0,00%
Total	1.311.511	100,00%	1.205.988	100,00%

1.1.2. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG está investido em ativos diretos e em fundos de investimentos administrados por gestores externos. As tabelas a seguir destacam as alocações de recursos da entidade obedecendo aos limites e critérios estabelecidos na Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 3.792/2009.

PLANO BD	DEZ/17 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	284.427	91,08%
RENTA FIXA	279.134	89,39%
TÍTULOS PÚBLICOS	279.134	89,39%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	279.134	89,39%
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,73% a.a.	12.650	4,05%
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,37% a.a.	20.774	6,65%
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,40% a.a.	4.567	1,46%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,20% a.a.	11.252	3,60%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,89% a.a.	17.911	5,74%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 8,80% a.a.	11.780	3,77%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	1.091	0,35%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,26% a.a.	35.291	11,30%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	8.097	2,59%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	19.442	6,23%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,02% a.a.	7.879	2,52%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,56% a.a.	7.728	2,47%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,97% a.a.	5.467	1,75%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,26% a.a.	29.154	9,34%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	1.956	0,63%
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 6,99% a.a.	2.438	0,78%
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 7,65% a.a.	18.845	6,03%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,47% a.a.	49.785	15,94%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,02% a.a.	3.723	1,21%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,27% a.a.	9.304	2,98%
EMPRÉSTIMOS	5.286	1,69%
PEE - INPC + 10,00% a.a.	5.286	1,69%
DISPONÍVEL	7	0,00%
Saldo Banco do Brasil	7	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	27.869	8,92%
RENTA FIXA	27.869	8,92%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	27.869	8,92%
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	27.681	8,86%
FIDC MASTER III - Multisetorial - PLURAL (1)	188	0,06%
PATRIMÔNIO TOTAL	312.296	100,00%

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PLANO CD	DEZ/17 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	97.742	9,84%
RENTA FIXA	78.269	7,88%
TÍTULOS PÚBLICOS	64.790	6,52%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	64.790	6,52%
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,79% a.a.	1.581	0,16%
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 5,66% a.a.	461	0,05%
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 6,09% a.a.	1.070	0,11%
Vencimento em 15/08/2022 - IPCA + 3,27% a.a.	7.243	0,73%
Vencimento em 15/05/2023 - IPCA + 5,92% a.a.	1.229	0,12%
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 5,48% a.a.	6.700	0,67%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 4,26% a.a.	7.217	0,73%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	3.584	0,36%
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	3.759	0,38%
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	6.782	0,68%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 4,44% a.a.	7.347	0,74%
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	9.638	0,97%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,50% a.a.	7.357	0,74%
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,97% a.a.	822	0,08%
TÍTULOS PRIVADOS	13.479	1,36%
Debêntures	13.479	1,36%
DUKE - Vencimento em 20/05/2021 + IPCA + 7,01% a.a.	13.479	1,36%
TEPE - Vencimento em 15/02/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	-	0,00%
TEPE - Vencimento em 15/05/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	-	0,00%
TEPE - Vencimento em 15/08/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	-	0,00%
TEPE - Vencimento em 15/11/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	-	0,00%
EMPRÉSTIMOS	19.472	1,96%
PEE - INPC + 10,00% a.a.	19.472	1,96%
DISPONÍVEL	1	0,00%
Saldo Banco do Brasil	1	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	895.863	90,16%
RENTA FIXA	848.618	85,40%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	848.572	85,40%
FI Netuno Multimercado - VOTORANTIM	842.893	84,83%
FIC FIM BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado - BRZ	3.595	0,36%
FIDC MASTER III - Multisetorial - PLURAL (1)	375	0,04%
FIDC VINCI Crédito e desenvolvimento - CEF (1)	1.709	0,17%
VALORES A RECEBER/PAGAR E TESOURARIA	46	0,00%
Saldo em tesouraria	46	0,00%
ESTRUTURADOS	3.741	0,38%
FII Rio Bravo The One - RIO BRAVO	3.741	0,38%
RENTA VARIÁVEL	43.504	4,38%
FIC FIA Atmos Institucional - ATMOS	5.061	0,51%
FIA Quest Small Caps - QUEST	8.732	0,88%
FIA Sul América Expertise I - SULAMÉRICA	336	0,05%
FIA Sul América Expertise II - SULAMÉRICA	3.067	0,31%
FIA Vinci Gas Valor SMLL - VINCI	3.574	0,36%
FIA Vinci Gas Dividendos -VINCI	6.797	0,68%
FIC FIA Ibiuna Equities 30 - IBIUNA	5.497	0,55%
FIC FIA Ibiuna Equities - IBIUNA	3.222	0,32%
FIA Oceana Selection - OCEANA	3.618	0,36%
FIC FIA Constellation Institucional - CONSTELLATION	3.600	0,36%
PATRIMÔNIO TOTAL	993.605	100,00%

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PGA	DEZ/17 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	5.585	99,55%
RENTA FIXA	5.585	99,55%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	5.585	99,55%
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	5.585	99,55%
DISPONÍVEL	25	0,45%
Saldo Banco do Brasil	24	0,43%
Fundo Fixo	1	0,02%
PATRIMÔNIO TOTAL	5.610	100,00%

INVESTIMENTOS

1.1.3. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

No ano de 2017 a rentabilidade acumulada do Plano BD foi de 9,19%, equivalente a 116,61% da meta atuarial (*).

O Plano CD (inclusive BSPS) rentabilizou 11,46% no acumulado ano, o que equivale a 115,02% da taxa SELIC, índice de referência do Plano.

As tabelas abaixo apresentam a rentabilidade dos Planos de Benefícios e Perfis de Investimentos, calculada pelo método de cotas diárias, em cada um de seus segmentos de aplicação, comparando-as com seus respectivos índices de referência. Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento.

(*) INPC + 5,70% a.a.

PLANOS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2017	Relativo ao Benchmark
PLANO BD	INPC + 5,70% a.a.	9,19%	116,61%
Renda Fixa	INPC + 5,70% a.a.	9,14%	115,98%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,01%	146,67%
PLANO CD	100% da SELIC	11,46%	115,02%
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	10,78%	98,90%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	46,71%	570,29%
Renda Variável	Ibovespa	26,79%	99,75%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,35%	150,72%

PERFIS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2017	Relativo ao Benchmark
PERFIL RF		11,13%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	11,02%	101,06%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	46,71%	570,29%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,35%	150,72%
PERFIL MIX I		11,88%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	11,02%	101,06%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	46,71%	570,29%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,35%	150,72%
Renda Variável	Ibovespa	26,79%	99,75%
PERFIL MIX II		13,50%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	11,02%	101,06%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	46,71%	570,29%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,35%	150,72%
Renda Variável	Ibovespa	26,79%	99,75%
PERFIL MIX III		15,13%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	11,02%	101,06%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	46,71%	570,29%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	12,35%	150,72%
Renda Variável	Ibovespa	26,79%	99,75%
BSPS	INPC + 5,00% a.a.	8,28%	115,48%
Renda Fixa	INPC + 5,00% a.a.	8,28%	115,48%

BENCHMARK	2017
INPC + 5,70% a.a.	7,88%
INPC + 5,00% a.a.	7,17%
INPC + 6,00% a.a.	8,19%
100% da SELIC	9,97%
70%SELIC / 30% IMA-B	10,90%
Ibovespa	26,86%

1.1.4. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

As despesas com a gestão externa de investimentos do Plano CD custeadas pela própria rentabilidade do Plano (não contempladas nas despesas administrativas) atingiram, em 2017, R\$ 375 mil, conforme demonstrada na tabela abaixo.

GESTÃO EXTERNA DE INVESTIMENTOS	PLANO CD DEZ/2017(R\$ mil)	
ANBID	7	
AUDITORIA	6	
CETIP	28	
SELIC	17	
FISC.CVM DIFERIMENTO FIs E FIAs	58	
TAXA ADMINISTRAÇÃO	140	TOTAL DOS INVESTIMENTOS (R\$ mil) 993.605
TAXA CUSTÓDIA	119	
TOTAL	375	% SOBRE OS INVESTIMENTOS 0,04%

1.2. RESUMO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS – 2018/2022

A Política de Investimento é um documento onde encontram-se descritos regulamentos internos da PREVIG, itens relativos às formas de controles internos e o cenário econômico esperado a curto e médio prazo. A política de investimentos encontra-se no site da Entidade.

As diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos estão embasadas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 — legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar — e em suas alterações subsequentes. Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle ora estabelecidas estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Este resumo apresenta os principais aspectos das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 19/12/2017.

1.2.1. META ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Plano BD	Plano CD
Meta atuarial: INPC + 5,70% ao ano	Índice de Referência: Taxa SELIC

1.2.2. AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

A Resolução CMN nº 3792 estabelece, em seu capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPCs. Em conformidade com tal necessidade, esse capítulo estabelece os procedimentos a serem seguidos ao longo da vigência dessa Política de Investimentos quanto a esse quesito. É importante ressaltar que, no caso dos recursos administrados por terceiros, o gestor é responsável pelo controle dos riscos das operações, a todo o momento. Devem ser monitorados, no mínimo, os riscos aqui estabelecidos. Na eventualidade de os

INVESTIMENTOS

limites serem desrespeitados, a Entidade deve ser comunicada formalmente. Além desse controle, os limites de risco aqui estabelecidos serão monitorados pela própria Entidade, que zelará pelo cumprimento dos mesmos e tomará as medidas adequadas caso sejam verificadas extrapolações aos limites estabelecidos.

1.2.2.1. RISCO DE MERCADO

De acordo com o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as EFPCs devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Com o objetivo de monitorar as probabilidades de perda, e também de estimar as possíveis diferenças entre o retorno de seus investimentos e o retorno previsto para os mesmos, serão utilizados:

- VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo preestabelecido;
- B-VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada, em relação a um benchmark, para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo preestabelecido.

Tanto os modelos citados como sua parametrização foram definidos com o rigor técnico necessário para tanto. Entretanto, tais modelos carregam consigo as possíveis imprecisões de modelos estatísticos em geral – motivo pelo qual os resultados devem ser analisados com diligência, por especialistas no assunto.

1.2.2.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço. Além disso, a Entidade utilizará para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Todas as operações com títulos de crédito privado serão enquadradas como Grau de Investimento ou Grau Especulativo e estarão limitados aos percentuais indicados na tabela a seguir:

Categoria de risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	80%
Grau Especulativo	5%

O limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos ou eventuais títulos presentes em fundos de investimentos condominiais (não-exclusivos).

O enquadramento dos títulos de crédito privado como Grau de Investimento ou Grau Especulativo leva em consideração as características do emissor e o instrumento de crédito.

Com base nessas regras, serão enquadrados como Grau de Investimento os títulos de crédito privado que tiverem, no mínimo, os ratings apresentados na tabela a seguir:

Agência de classificação	Instituições financeiras (ex-DPGE)		Instituições não financeiras		
	PRAZO	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Standard &Poors		brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's		A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings		A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)

Nos casos em que não houver rating válido atribuído ao título em análise, este será automaticamente enquadrado como Grau Especulativo.

Vale ressaltar que para a aquisição de DPGEs será observado o valor projetado da operação no seu vencimento, utilizando-se como premissa o Relatório Focus do Banco Central, de modo a não se ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 40% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

1.2.2.2.1. LIMITES POR EMISSÃO E CONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS EM UM MESMO EMISSOR		
Emissor	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	10,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	VEDADO	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	2,50%
Companhia Securitizadora	0,00%	2,50%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	2,50%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	5,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	5,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%

CONCENTRAÇÃO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
Emissor	Mínimo	Máximo
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimentos Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%
% do PL de FI ou FICFI de Dívida Externa classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%

INVESTIMENTOS

CONCENTRAÇÃO POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO		
Modalidade de investimento	Mínimo	Máximo
% de uma Série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00%	25,00%
% de uma mesma Classe ou Série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário	0,00%	25,00%

1.2.2.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para controle de risco de liquidez, serão consideradas as diversas possibilidades de interferência da liquidez dos ativos nos compromissos assumidos pelo plano, a saber:

- Prazo de resgate dos recursos investidos em fundos de investimentos;
- Liquidez em mercado dos demais ativos integrantes da carteira de investimentos da Entidade;
- Recursos de liquidez imediata e fluxo de recebimentos para fazer frente às obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

No sentido de melhor adequar a carteira de investimentos ao perfil das obrigações do Plano de Benefícios, a PREVIG deverá manter acompanhamento do casamento entre ativos e passivos, considerando-se cenários de stress de mercado. No Plano BD a PREVIG elabora anualmente um estudo de ALM (Asset Liability Management) e implementa os ajustes indicados com o objetivo de minimizar o risco de iliquidez e de déficit no plano.

1.2.2.4. RISCO OPERACIONAL

Para gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam a mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão dos investimentos, que vem sendo executado em conformidade com a legislação aplicável.

1.2.2.5. RISCO LEGAL

Alguns trabalhos acerca do risco legal definem que ele pode ser subdividido em pelo menos três dimensões:

- Perdas decorrentes da violação de regras e da legislação aplicável;
- Perdas decorrentes de falta de clareza, imprecisão ou insuficiência de informações nos contratos;
- Perdas decorrentes de erros na aplicação da lei;
- Perdas decorrentes da criação de novos tributos.

1.2.2.6. RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico pode ser entendido como a possibilidade da quebra em cadeia das instituições que compõem o sistema financeiro, de forma a concretizar um cenário catastrófico. Como esse risco é decorrente das interligações e interdependências entre os agentes do mercado de capitais, as estratégias de controle de riscos mais usuais se mostram pouco eficientes contra esse tipo de risco. Ainda assim, com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, o plano manterá parte significativa dos recursos em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que dispõem de garantias.

1.2.2.7. RISCO ATUARIAL

O risco atuarial nos fundos de pensão está relacionado aos compromissos presentes e futuros da instituição para com seus Participantes. No caso dos Planos BD - Benefício Definido e BSPS - Benefício Suplementar Proporcional Saldado, esses compromissos são representados pelo benefício previdenciário da Entidade junto ao Participante. Cabe, portanto, à PREVIG assegurar que os investimentos tenham a rentabilidade e liquidez adequadas ao cumprimento das obrigações previdenciárias assumidas junto aos participantes.

Nesse contexto, a gestão do risco atuarial será feita através da realização de avaliações atuariais dos Planos de Benefícios, realizadas pelo atuário responsável uma vez por ano.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

1.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 8.084 mil no exercício de 2017. A distribuição das despesas por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Consolidado
GESTAO PREVIDENCIAL	1.352	339	4.454	6.145
PESSOAL E ENCARGOS	823	236	2.905	3.964
TREINAMENTOS E VIAGENS	16	4	60	80
SERVIÇOS DE TERCEIROS	297	52	675	1.024
DESPESAS GERAIS	91	20	354	465
TRIBUTOS	91	19	345	455
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	34	8	115	157
OUTRAS DESP.- ADM.PREVIDENCIAL	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	971	155	813	1.939
PESSOAL E ENCARGOS	480	63	285	828
TREINAMENTOS E VIAGENS	10	3	5	18
SERVIÇOS DE TERCEIROS	272	49	402	723
DESPESAS GERAIS	126	23	110	259
TRIBUTOS	65	13	-	78
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	18	4	11	33
TOTAL GERAL	2.323	494	5.267	8.084

1.2. FONTES DE CUSTEIO

As fontes de custeio para o financiamento das despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 8.997 mil no exercício de 2017. Sua distribuição por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Fonte	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (PURO)	Total	Partic %
Patrocinadoras	1.353	339	3.589	5.281	59%
Participantes	-	-	1.985	1.985	22%
Taxa Administração s/Empréstimos	29	-	88	117	1%
Rentabilidade do PGA	116	81	291	488	5%
Reembolso do Plano (Investimentos)	971	155	-	1.126	13%
Outras Receitas Administrativas	-	-	-	-	-
Total	2.469	575	5.953	8.997	100%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	79	49	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.285	2.054
			Gestão Previdencial	1.072	936
REALIZÁVEL	1.333.154	1.231.433	Gestão Administrativa	1.213	1.118
Gestão Previdencial	18.425	20.625	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.255	3.954
Gestão Administrativa	320	304	Gestão Previdencial	1.898	2.071
Investimentos	1.314.409	1.210.504	Gestão Administrativa	357	235
Títulos Públicos	343.924	468.875	Investimentos	-	1.648
Créditos Privados e Depósitos	13.479	42.402			
Fundos de Investimento	929.270	670.726	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.329.073	1.225.980
Empréstimos	24.759	23.937	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.321.720	1.219.480
Depósitos Judiciais/Recurais	-	1.648	Provisões Matemáticas	1.323.354	1.226.042
Outros Realizáveis	2.977	2.916	Benefícios Concedidos	782.420	668.970
PERMANENTE	380	506	Benefícios a Conceder	540.934	557.072
Imobilizado	332	470	Equilíbrio Técnico	(1.634)	(6.562)
Intangível	48	36	Resultados Realizados	(1.634)	(6.562)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.634)	(6.562)
			Fundos	7.353	6.500
			Fundos Previdenciais	517	672
			Fundos Administrativos	4.897	4.153
			Fundos dos Investimentos	1.939	1.675
TOTAL DO ATIVO	1.333.613	1.231.988	TOTAL DO PASSIVO	1.333.613	1.231.988

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

(Em milhares de reais)

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	1.225.980	1.085.204	13
1. Adições	186.736	209.886	(11)
Contribuições Previdenciais	49.055	51.290	(4)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	128.419	150.206	(15)
Receitas Administrativas	8.509	7.556	13
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	488	587	(17)
Constituição de Fundos de Investimentos	265	247	7
2. Destinações	(83.642)	(69.110)	21
Benefícios	(75.771)	(60.621)	25
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	382	(444)	(186)
Despesas Administrativas	(8.084)	(7.850)	3
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(169)	(195)	(13)
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	103.094	140.776	(27)
Provisões Matemáticas	97.312	146.407	(34)
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	4.928	(5.119)	(196)
Fundos Previdenciais	(155)	(857)	(82)
Fundos Administrativos	744	98	659
Fundos dos Investimentos	265	247	7
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	1.329.074	1.225.980	8

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	891.823	769.034	16
1. Adições	153.894	161.966	(5)
Contribuições	51.999	51.676	1
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	101.895	110.290	(8)
2. Destinações	(53.159)	(39.177)	36
Benefícios	(47.245)	(34.215)	38
Custeio Administrativo	(5.914)	(4.962)	19
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	100.735	122.789	(18)
Provisões Matemáticas	99.804	123.017	(19)
Fundos Previdenciais	(155)	(857)	(82)
Superávit Técnico do Exercício	1.086	629	73
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	992.558	891.823	11
C) Fundos Não Previdenciais	5.277	4.268	24
Fundos Administrativos	3.728	2.960	26
Fundos dos Investimentos	1.549	1.308	18

IV- DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2017	2016	Variação %
1. Ativos	333.650	334.018	-
Disponível	7	4	75
Recebível	18.377	20.390	(10)
Investimento	315.266	313.624	1
Títulos Públicos	279.134	283.520	(2)
Fundos de Investimentos	27.869	20.110	39
Empréstimos	5.286	5.430	(3)
Depósitos Judiciais / Recursais	-	1.648	-
Outros Realizáveis	2.977	2.916	2
2. Obrigações	2.412	4.129	(42)
Operacional	514	410	25
Contingencial	1.898	3.719	(49)
3. Fundos Não Previdenciais	1.559	1.560	-
Fundos Administrativos	1.169	1.193	(2)
Fundos dos Investimentos	390	367	6
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	329.679	328.329	-
Provisões Matemáticas	339.969	342.461	(1)
Déficit Técnico	(10.290)	(14.132)	(27)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	273	(3.353)	(108)
a) Equilíbrio Técnico	(10.290)	(14.132)	(27)
b) (+) Ajuste de Precificação	10.563	10.779	(2)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	273	(3.353)	(108)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2017	2016	Variação %
1. Ativos	998.552	896.720	11
Disponível	49	31	58
Recebível	4.945	4.389	13
Investimento	993.558	892.300	11
Títulos Públicos	64.790	185.355	(65)
Créditos Privados e Depósitos	13.479	42.402	(68)
Fundos de Investimentos	895.816	646.036	39
Empréstimos	19.473	18.507	5
2. Obrigações	717	629	14
Operacional	717	629	14
3. Fundos Não Previdenciais	5.277	4.268	24
Fundos Administrativos	3.728	2.960	26
Fundos dos Investimentos	1.549	1.308	18
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	992.558	891.823	11
Provisões Matemáticas	983.385	883.581	11
Superávit Técnico	8.656	7.570	14
Fundos Previdenciais	517	672	(23)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	10.439	9.273	13
a) Equilíbrio Técnico	8.656	7.570	14
b) (+) Ajuste de Precificação	1.783	1.703	5
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	10.439	9.273	13

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

(Em milhares de reais)

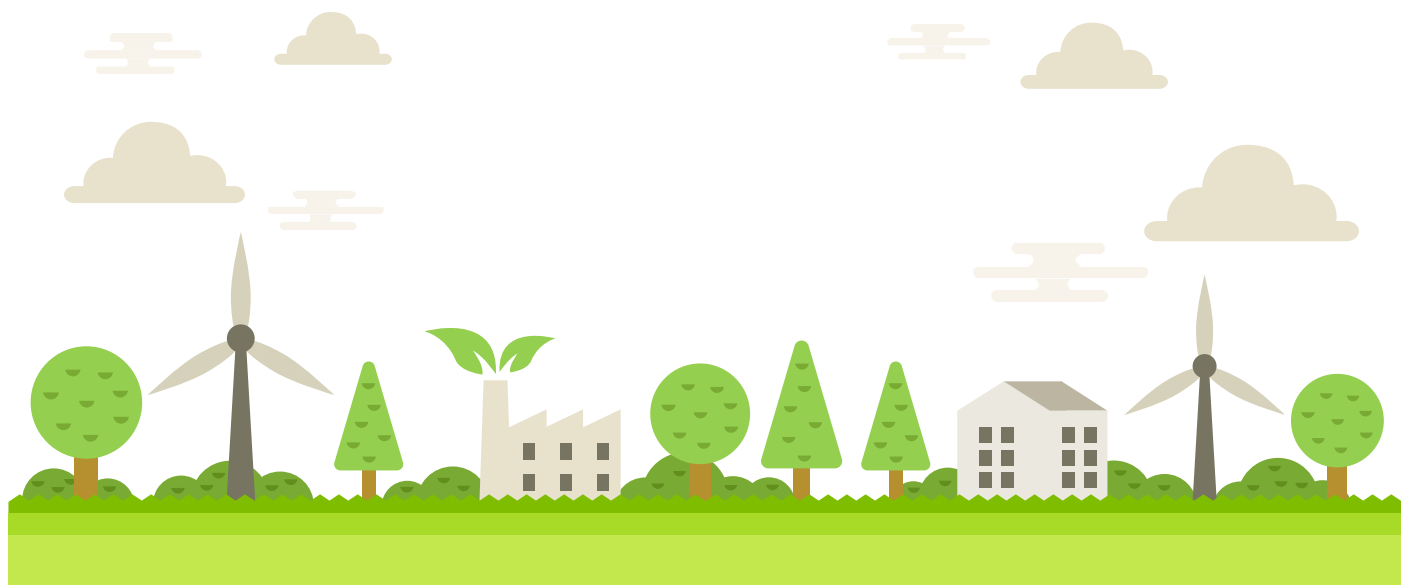
Descrição	2017	2016	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.153	4.055	2
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.997	8.143	10
1.1. Receitas	8.997	8.143	10
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.266	6.286	16
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.126	1.145	(2)
Taxa de Administração de Empréstimos	117	117	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	488	587	(17)
Outras Receitas	-	8	-
2. Despesas Administrativas	(8.084)	(7.850)	3
2.1. Administração Previdencial	(6.145)	(5.854)	5
Pessoal e Encargos	(3.964)	(3.678)	8
Treinamentos/Congressos e Seminários	(71)	(98)	(28)
Viagens e Estadias	(10)	(41)	(76)
Serviços de Terceiros	(1.023)	(939)	9
Despesas Gerais	(466)	(452)	3
Depreciações e Amortizações	(156)	(234)	(33)
Tributos	(455)	(412)	10
2.2. Administração dos Investimentos	(1.939)	(1.996)	(3)
Pessoal e Encargos	(829)	(987)	(16)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(17)	(21)	(19)
Viagens e Estadias	(2)	(7)	(71)
Serviços de Terceiros	(722)	(626)	15
Despesas Gerais	(260)	(247)	5
Depreciações e Amortizações	(32)	(35)	(9)
Tributos	(77)	(73)	5
3. Constituição de Contingências Administrativas	(169)	(195)	(13)
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	744	98	659
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	744	98	659
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.897	4.153	18

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	332.481	332.825	-
1. Provisões Matemáticas	339.969	342.461	(1)
1.1. Benefícios Concedidos	334.304	330.197	1
Benefício Definido	334.304	330.197	1
1.2. Benefícios a Conceder	5.665	12.264	(54)
Benefício Definido	5.665	12.264	(54)
2. Equilíbrio Técnico	(10.290)	(14.132)	(27)
2.1. Resultados Realizados	(10.290)	(14.132)	(27)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.290)	(14.132)	(27)
3. Fundos	390	367	6
3.1. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	390	367	6
4. Exigível Operacional	514	410	25
4.1. Gestão Previdencial	514	410	25
5. Exigível Contingencial	1.898	3.719	(49)
5.1. Gestão Previdencial	1.898	2.071	(8)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.648	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2017 E 31.12.2016 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (“PREVIG” ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria nº 991, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2002.

Instituída pela Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), hoje nominada Engie Brasil Energia S.A., a PREVIG tem como finalidade principal, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, através de múltiplos Planos Privados por ela administrados, complementar os benefícios a que têm direito a auferir, como segurados da Previdência Social, os seus participantes e respectivos dependentes.

A PREVIG administra dois Planos de Benefícios: (i) Plano de Benefícios Definidos (“Plano BD”), no qual o valor dos benefícios a que o participante terá direito no futuro é previamente definido tendo por base fórmulas de cálculos estabelecidas no Regulamento; e (ii) Plano de Contribuição Definida (“Plano CD”), no qual a contribuição para o plano que é previamente definida e o valor do benefício que o participante irá receber no futuro depende do saldo acumulado dessas contribuições, acrescido da rentabilidade obtida com as aplicações. O primeiro foi encerrado para novas inscrições em 05 de outubro de 2004, data da aprovação do segundo, conforme comunicação da SPC efetuada através do Ofício nº 1.998 DAJUR/SPC. Uma parcela do Plano CD é formada pelo Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), devido aos participantes que optaram em manter o direito ao benefício de aposentadoria, acumulado até a data da migração, vigorando com as mesmas regras do plano de origem, o Plano BD.

Nessa mesma data, a Engie Brasil Energia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o Plano CD aos seus empregados e dando início ao processo de migração previsto no Regulamento. A efetiva inscrição de participantes no Plano CD teve início em janeiro de 2005. O Plano CD foi instituído com as modalidades de Contribuição Definida (“CD Puro”) e de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) para os empregados da Patrocinadora Engie Brasil Energia e da PREVIG que optaram pela migração do Plano BD para o Plano CD.

Atualmente, o Plano CD é patrocinado pela Engie Brasil Energia, sua instituidora, Engie Brasil Participações Ltda., Tractebel Engineering Ltda., PREVIG, ELOSAÚDE Associação de Assistência à Saúde, Energia Sustentável do Brasil S.A e Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
2002.0015-29	PREVIG BD
2004.0024-92	PREVIG CD

A PREVIG possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes composições de participantes, segregados por patrocinadora:

Patrocinadoras	Engie Brasil Energia		Tractebel Engenhering		Energia Sustentável do Brasil		Engie Brasil Participações		PREVIG		ELOSÁUDE		PAMPA SUL		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos	1023	1.061	378	430	325	328	63	57	22	19	17	17	39	32	1.867	1.944
Autopatrocinaidores	16	24	53	56	11	7	4	4	3	3	1	-	-	-	88	94
Benefício Proporcional Diferido - BPD	41	31	29	17	6	4	7	5	3	2	-	-	-	-	86	59
Assistidos	701	645	13	7	1	1	4	3	16	18	-	-	-	-	735	674
Pensionistas	74	64	2	1	1	1	-	-	2	2	-	-	-	-	79	68
	1.855	1.825	475	511	344	341	78	69	46	44	18	17	39	32	2.855	2.839

A composição populacional por plano de benefício e idade média, está descrita a seguir:

Plano BD	2017		2016 *		Plano CD	2017		2016	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média		Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	5	54	8	55	Ativos	1.862	39	1.936	39
Autopatrocinaidores	-	-	-	-	Autopatrocinaidores	88	38	94	41
Benefício Proporcional Diferido - BPD	6	57	7	57	Benefício Proporcional Diferido - BPD	80	39	52	40
Assistidos	380	63	385	62	Assistidos	355	60	289	59
Pensionistas	59	58	53	56	Pensionistas	20	45	15	49
Totais	450	-	453	-	Totais	2.405	-	2.386	-

* Ajustado o número de participantes de 2016, pois as informações apresentadas no ano passado eram referentes a jan/2017 (após o PDV) e não dez/2016.

1.1. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade da PREVIG é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa ("PGA"), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções pré-determinadas.

A PREVIG adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nos Planos BD, BSPS e PGA, todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, independentemente de sua realização, e os registros relativos às contribuições de autopatrocinaidos e de participantes vinculados ao Plano CD (exceto BSPS) são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com os itens 8, 8.1 e 8.2, respectivamente, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os registros das despesas administrativas são feitos por meio de sistema de alocação direta a cada Plano, combinados com rateio das despesas comuns aos mesmos de forma proporcional aos respectivos recursos garantidores.

O superávit ou déficit técnico do exercício é apurado pela diferença entre a variação do ativo líquido (ativo total menos o exigível operacional, exigível contingencial e fundos não previdenciais) e a variação das provisões matemáticas.

A destinação e utilização do superávit e o equacionamento de déficit, deve atender as regras na gestão atuarial dos planos de benefícios, de acordo com as Resoluções CNPC MPS/CNPC nºs 15 e 16 de 19 de novembro de 2014.

1.1.1. REALIZÁVEL

1.1.1.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes, além das contribuições contratadas devidas pela patrocinadora Engie Brasil Energia.

1.1.1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes.

1.1.2. INVESTIMENTOS

Foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro considerados os critérios da Resolução CGPC/MPAS nº 04 de 30 de janeiro de 2002 e posteriores alterações Resolução MPS/CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago, e classificados, dependendo de sua categoria, em “Títulos para Negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado e em “Títulos Mantidos até o Vencimento” que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas a modalidade de aplicação.

Os títulos e valores mobiliários pertencentes aos planos de benefícios estão custodiados no Banco Itaú S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

1.1.2.1. TÍTULOS PÚBLICOS

Os títulos públicos alocados na carteira administrada pela PREVIG são todos de emissão do Tesouro Nacional registrados como “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento” dependendo das características de cada plano de benefícios e com vencimentos variando de 2017 a 2050.

1.1.2.2. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Os títulos privados de renda fixa são Debêntures Não Conversíveis e Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, alguns indexados a índices de preços e outros indexadas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

1.1.2.3. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos Multimercados, Fundos Imobiliário, Fundos Referenciados e Fundos de Investimentos em ações estão todos precificados a valor de mercado e tem seus registros com base no valor das cotas na data do balanço. Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios têm seus ativos avaliados conforme definido em seus respectivos regulamentos.

1.1.2.4. EMPRÉSTIMOS

Representam o montante de recursos emprestados aos participantes ativos e assistidos nos termos das normas estatutárias e regulamentares, contabilizados pelo valor original, acrescido dos encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

1.1.3. DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAIS

Registra o total depositado em juízo relativo à contingência da gestão de investimentos, atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

1.1.4. ATIVO PERMANENTE

1.1.4.1. IMOBILIZADO

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, 15% para aparelhos cinematográficos (som e projeção) e 20% para equipamentos de informática, cuja depreciação é reconhecida como uma despesa do PGA, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

1.1.4.2. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os gastos com aquisições de licenças e direitos de uso de softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados à taxa de 20% ao ano e reconhecidos como despesa do PGA. Os gastos com desenvolvimento de software também são registrados no intangível e amortizados à mesma taxa a partir de sua entrada em operação, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

1.1.5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo A da Instrução MPS/SPC no 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores vencidos e vincendos:

Período de Atraso	% Provisão
Entre 61 dias e 120 dias	25%
Entre 121 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

1.1.6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Representa as obrigações incorridas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

1.1.6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra as obrigações da Entidade em relação ao pagamento da folha de benefício e seus encargos legais, decorrentes dos Regulamentos dos Planos.

1.1.6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as obrigações de ordem administrativa da Entidade.

1.1.7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa as provisões relacionadas às demandas judiciais de qualquer natureza, com risco provável de realização, as quais são avaliadas por consultoria jurídica.

1.1.8. PATRIMÔNIO SOCIAL

1.1.8.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Representa os Benefícios Concedidos, a Conceder e Resultados Realizados com base no Demonstrativo Atuarial dos planos de benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS

1.1.8.1.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

É constituído com base na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, a qual é realizada por atuário independente, compreendendo benefícios concedidos e a conceder, tendo por base os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Entidade.

1.1.8.2. FUNDOS

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade com a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, assim como o Fundo dos Investimentos constituído para quitação de empréstimos decorrente de falecimento ou inadimplência de participante.

1.2. ESTIMATIVAS ATUARIAIS E CONTÁBEIS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram os processos.

1.3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.3.1. LEGISLAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que passou a partir da publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram também observadas as disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a ser observado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e refletem a posição consolidada de todos os Planos administrados pela Entidade.

1.3.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com o item 17, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011, são apresentadas as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) em substituição à Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial). Sendo a DOAP e DAL alteradas através das Resoluções MPS/CNPC nº 12/2013 e MPS/CNPC nº 16/2014, respectivamente, e a DMPS, DMAL e DPGA alteradas pela Instrução MTPS/PREVIC nº 25/2015.

1.3.3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares.

2. RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

2.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelece regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribui ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes de custeio de acordo com os regulamentos dos Planos de Benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, os quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. Cabe ainda ao referido Conselho fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, indicadores de gestão e metas.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os Planos de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da PREVIG, por meio da deliberação DCD-044-04, em 14 de dezembro de 2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, conforme previsto no Anexo C, item 27, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011.

2.1.1. PLANO BD E PLANO CD (BSPS)

De acordo com os regulamentos dos Planos, os custeios dos mesmos não contemplam a taxa de administração. A Patrocinadora Engie Brasil Energia é responsável pelas despesas administrativas da Gestão Previdencial, enquanto as despesas de investimentos são custeadas pelas rentabilidades dos Planos.

NOTAS EXPLICATIVAS

As despesas administrativas da Gestão Previdencial e de Investimentos são registradas no PGA, através de centros de custos específicos. As despesas da Gerência de Investimentos são integralmente registradas no grupo de despesas relativas aos Investimentos e as despesas das Gerências de Seguridade e de Atendimento e Comunicação são integralmente registradas no grupo de despesas relativas à Gestão Previdencial. As despesas das demais áreas (Controladoria, Sistemas de Informação, Diretorias e Conselhos) são rateadas com base na proporção dos custos diretos da Gestão Previdencial e de Investimentos.

2.1.2. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – PLANO CD

As despesas administrativas são custeadas à razão de 50% para as Patrocinadoras e 50% para os participantes e assistidos.

A partir de 2008, a Patrocinadora Engie Brasil Energia passou a assumir 100% das despesas administrativas equivalentes ao Saldo de Conta Total dos seus empregados, migrados do Plano BD para o Plano CD, posicionado em 31/10/2004, desde que atendida uma das seguintes condições: (i) participante possuía vínculo empregatício com a Engie Brasil Energia em novembro de 2007, data do início da vigência do Acordo Coletivo; e (ii) participante está em gozo de complementação de aposentadoria ou pensão, sem que estas tenham sido iniciadas a partir da situação de participante na condição de autopatrocinador ou Benefício Proporcional Diferido (BPD).

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 ELIMINAÇÕES DAS TRANSAÇÕES ENTRE PLANOS

Os saldos ativos e passivos resultantes das transações entre planos foram eliminados quando da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	2017				2016			
	BD	CD	PGA	Total	BD	CD	PGA	Total
Gestão Administrativa - Contas a Receber	-	-	610	610	-	-	601	601
Gestão Previdencial - Contas a Receber	-	-	-	-	-	1	-	1
Total do Ativo	-	-	610	610	-	1	601	602
Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades	-	-	(451)	(451)	-	-	(499)	(499)
Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades	(148)	(11)	-	(159)	(89)	(14)	-	(103)
Total do Passivo	(148)	(11)	(451)	(610)	(89)	(14)	(499)	(602)

4. REALIZÁVEL

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os recursos a receber referente a contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2018, contribuições contratadas e outros valores inerentes à atividade de natureza previdenciária.

	2017			2016		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Contribuições do mês	28	-	28	31	-	31
Contribuições Contratadas	15.543	1.217	16.760	17.741	1.429	19.170
Recursos a Receber	15.571	1.217	16.788	17.772	1.429	19.201
Outros Créditos a Receber	1.636	1	1.637	1.424	-	1.424
Outros Realizáveis *	1.636	1	1.637	1.424	-	1.424
	17.207	1.218	18.425	19.196	1.429	20.625

* Patrocinadora (ver nota 6.1)

4.1.1. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Os valores registrados como contribuições contratadas correspondem aos seguintes contratos firmados entre a Entidade e a Patrocinadora Engie Brasil Energia:

a) Contrato Particular de Financiamento da Insuficiência de Cobertura das Reservas Matemáticas decorrentes do processo de migração, firmado em 28/04/2006 e seu Termo Aditivo nº 1, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 16.487, decorrente do processo de migração do Plano BD para o Plano CD, em 31/07/2005. Em 31/12/2017, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - tranche 1: até abril de 2022 e tranche 2: finalizado em abril de 2014; (ii) encargos - tranche 1: INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - tranche 1: calculadas com base no sistema francês de amortização; (iv) saldo devedor - tranche 1: R\$ 8.853 (R\$ 7.637 Plano BD e R\$ 1.216 Plano CD/BSPS), (R\$ 10.396 em 2016);

b) Contrato Particular de Financiamento da diferença de Reserva Matemática proveniente da elevação do piso mínimo de benefícios do Plano BD, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 1.329. Em 31/12/2017, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até setembro de 2024; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações anuais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor R\$ 1.365, (R\$ 1.489 em 2016);

c) Contrato Particular de Financiamento de Provisão Matemática a Constituir, firmado em 27/03/2006, no montante de R\$ 6.396, correspondente ao saldo de Provisão Matemática a Constituir, apurada no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do Plano BD em 31/12/2004. Em 31/12/2017, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até dezembro de 2023; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor - R\$ 6.542, (R\$ 7.285 em 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS

4.2.GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recursos a receber referentes ao custeio administrativo de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2018, adiantamentos a empregados e outros valores inerentes à atividade de administração dos Planos de Benefícios.

	2017			2016		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Contribuições para Custeio Administrativo	211	57	268	215	27	242
Outros Créditos (*)	52	-	52	62	-	62
	263	57	320	277	27	304

(*) Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, o detalhamento dos saldos é o seguinte:

	PGA BD	
	2017	2016
Credores - Terceiros	1	4
Responsabilidade de Empregados	36	41
Despesas Antecipadas	15	17
Outros Créditos	52	62

4.3.INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos dos Planos de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

	Plano				Plano			
	BD	CD	PGA	Consolidado	BD	CD	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	307.003	926.841	5.585	1.239.429	303.629	850.198	4.580	1.158.407
Aplicações em Instituições Financeiras	27.869	848.572	5.585	882.026	20.110	641.628	4.580	666.318
Cotas FAQ – Renda Fixa	27.869	848.572	5.585	882.026	20.110	622.440	4.580	647.130
Certificado de Depósito Bancário - DPGE	-	-	-	-	-	19.188	-	19.188
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	279.134	64.790	-	343.924	283.519	185.356	-	468.875
Títulos de Empresas	-	13.479	-	13.479	-	23.214	-	23.214
Debêntures Não Conversíveis	-	13.479	-	13.479	-	23.214	-	23.214
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	3.741	-	3.741	-	2.726	-	2.726
Fundo de Investimentos	-	3.741	-	3.741	-	2.726	-	2.726
Fundo Imobiliário	-	3.741	-	3.741	-	2.726	-	2.726
RENDA VARIÁVEL	-	43.503	-	43.503	-	20.870	-	20.870
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.286	19.473	-	24.759	5.430	18.507	-	23.937
Empréstimos	5.329	19.637	-	24.966	5.467	18.698	-	24.165
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(43)	(164)	-	(207)	(37)	(191)	-	(228)
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	-	-	-	-	1.648	-	-	1.648
OUTROS REALIZÁVEIS	2.977	-	-	2.977	2.916	-	-	2.916
PRECATÓRIOS - Letras Tesouro Estado de Santa Catarina (LTESC) (i)	2.977	-	-	2.977	2.916	-	-	2.916
	315.266	993.558	5.585	1.314.409	313.623	892.301	4.580	1.210.504

(i) O valor reconhecido na rubrica 1.2.3.9.00.00.00 – Outros Realizáveis corresponde ao montante a ser recebido da ELOS do valor total dos precatórios relativo ao processo nº 023.01.032963-6/003, com trânsito em julgado na ação judicial movida pela ELOS para reivindicar o pagamento dos títulos, Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LTESC. O pagamento de tais papéis não foi honrado pelo Estado de Santa Catarina em seu vencimento, fato este que motivou o processo judicial mencionado acima.

Cumprido destacar que no final de 2017, a ELOS recebeu do Estado de Santa Catarina parte do valor contabilizado. Do valor a ser repassado à PREVIG, no início de 2018, serão deduzidas as despesas processuais e honorários advocatícios proporcionais ao percentual de rateio determinado pelo “Termo de Acordo para Transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade de Tractebel Energia na ELOS para o gerenciamento da PREVIG”, de 05 de janeiro de 2003 e “Termo de Transferência que entre si celebram a ELOS e a PREVIG com interveniência anuência da Tractebel Energia”, firmado em 31 de janeiro de 2008.

4.3.1. CATEGORIAS DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Atendendo às disposições estabelecidas no Art. 8º, da Resolução do MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação”, estavam assim representados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Tipo	Vctos	CONSOLIDADO							
		2017				2016			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
		Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2017	-	-	-	-	13.290	-	29.753	43.043
NTN-B	2018	14.231	-	-	14.231	14.261	-	-	14.261
NTN-B	2019	1.531	-	-	1.531	1.491	-	-	1.491
NTN-B	2020	25.341	-	-	25.341	24.603	-	30.308	54.911
NTN-B	2022	7.243	-	-	7.243	7.189	-	60.568	67.757
NTN-B	2023	1.229	-	-	1.229	1.197	-	-	1.197
NTN-B	2024	47.643	-	-	47.643	45.951	-	-	45.951
NTN-B	2030	59.039	-	-	59.039	57.455	-	-	57.455
NTN-B	2035	47.298	-	-	47.298	46.070	-	-	46.070
NTN-B	2040	48.095	-	-	48.095	46.813	-	-	46.813
NTN-B	2045	21.283	-	-	21.283	20.674	-	-	20.674
NTN-B	2050	70.991	-	-	70.991	69.252	-	-	69.252
		343.924	-	-	343.924	348.246	-	120.629	468.875
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures BNDESPAR	2017	-	-	-	-	-	9.548	-	9.548
Debêntures Duke Energy	2021	-	13.479	-	13.479	-	12.226	-	12.226
Debêntures TEPE	2025	-	-	-	-	-	1.440	-	1.440
		-	13.479	-	13.479	-	23.214	-	23.214
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2017	-	-	-	-	-	19.188	-	19.188
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	929.270	929.270	-	-	670.726	670.726
		-	-	929.270	929.270	-	19.188	670.726	689.914
		343.924	13.479	929.270	1.286.673	348.246	42.402	791.355	1.182.003

NOTAS EXPLICATIVAS

Entende-se como “Títulos mantidos até o vencimento” os papéis cuja intenção é a manutenção em carteira até o vencimento, desde que seu prazo de vencimento seja inferior a 12 meses, e classificada como baixo risco de crédito. A categoria “Títulos para negociação” compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados a qualquer momento, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

Tipo	Vctos	PLANO BD					
		2017			2016		
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total
		Custo Amortizado	Mercado		Custo Amortizado	Mercado	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal (*)							
NTN-B	2017	-	-	-	11.946	-	11.946
NTN-B	2018	12.650	-	12.650	12.678	-	12.678
NTN-B	2020	25.341	-	25.341	24.603	-	24.603
NTN-B	2024	40.943	-	40.943	39.406	-	39.406
NTN-B	2030	44.479	-	44.479	43.236	-	43.236
NTN-B	2035	40.516	-	40.516	39.439	-	39.439
NTN-B	2040	31.110	-	31.110	30.265	-	30.265
NTN-B	2045	21.283	-	21.283	20.674	-	20.674
NTN-B	2050	<u>62.812</u>	-	<u>62.812</u>	<u>61.272</u>	-	<u>61.272</u>
		279.134	-	279.134	283.519	-	283.519
Aplicações em Instituições Financeiras							
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	<u>27.869</u>	<u>27.869</u>	-	<u>20.110</u>	<u>20.110</u>
		279.134	27.869	307.003	283.519	20.110	303.629

As NTN-Bs do Plano BD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 279.134 em 29/12/2017.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria um aumento de R\$ 20.997, totalizando R\$ 300.331 em 29/12/2017.

Tipo	Vctos	PLANO CD						
		2017			2016			
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	
		Custo Amortizado	Mercado		Custo Amortizado	Mercado		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal								
NTN-B	2017	-	-	-	1.344	-	29.753	31.097
NTN-B	2018	1.581	-	-	1.581	1.583	-	1.583
NTN-B	2019	1.531	-	-	1.531	1.491	-	1.491
NTN-B	2020	-	-	-	-	-	30.308	30.308
NTN-B	2022	7.243	-	-	7.243	7.189	-	67.757
NTN-B	2023	1.229	-	-	1.229	1.197	-	1.197
NTN-B	2024	6.700	-	-	6.700	6.545	-	6.545
NTN-B	2030	14.560	-	-	14.560	14.219	-	14.219
NTN-B	2035	6.782	-	-	6.782	6.631	-	6.631
NTN-B	2040	16.985	-	-	16.985	16.548	-	16.548
NTN-B	2050	<u>8.179</u>	-	-	<u>8.179</u>	<u>7.980</u>	-	<u>7.980</u>
		64.790	-	-	64.790	64.727	-	120.629
Aplicações em Instituições não Financeiras								
Debêntures BNDESPAR	2017	-	-	-	-	9.548	-	9.548
Debêntures Duke Energy	2021	-	13.479	-	13.479	12.226	-	12.226
Debêntures TEPE	2025	-	-	-	-	1.440	-	1.440
		-	13.479	-	13.479	23.214	-	23.214
Aplicações em Instituições Financeiras								
DPGEs	2017	-	-	-	-	19.188	-	19.188
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	895.816	895.816	-	646.036	646.036
		-	-	895.816	895.816	19.188	646.036	665.224
		64.790	13.479	895,816	974,085	64,727	42,402	766,665
								873,794

As NTN-Bs do Plano CD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 64.790 em 29/12/2017.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 27, totalizando R\$ 64.763 em 29/12/2017.

Tipo	PLANO PGA	
	2017	2016
	Títulos para negociação	Títulos para negociação
	Mercado	Mercado
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	5.585	4.580

O valor de mercado dos títulos de responsabilidade do Governo Federal mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANBIMA.

A classificação na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento” está consubstanciada na capacidade financeira da Entidade de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

4.3.2. TÍTULOS POR GESTOR

Os “Títulos mantidos até o vencimento” e os “Títulos para negociação” estão sob a administração dos seguintes gestores:

Gestor - CONSOLIDADO	2017	2016
Votorantim Asset Management (2)	842.893	599.027
Itaú Unibanco (2)	33.266	24.646
Vinci Partners (1)	12.080	11.309
Quest Investimentos (4)	8.732	569
Ibiuna Investimentos (1)	8.719	2.521
Atmos Capital (5)	5.061	4.077
Rio Bravo (1)	3.741	2.726
Oceana Investimentos (5)	3.618	-
Constellation Asset Management (5)	3.600	-
BRZ Investimentos (1)	3.595	4.114
Sul América Investimentos (2)	3.403	4.992
BRL Trust (3)	562	132
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	-	16.242
Bradesco Asset Management (1)	-	371
	929.270	670.726
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	357.403	511.277
	1.286.673	1.182.003

Custodiantes:

- (1) Banco Bradesco S/A
- (2) Banco Itaú Unibanco
- (3) Banco Citibank S/A
- (4) Banco BTG Pactual
- (5) BNY Mellon Banco

NOTAS EXPLICATIVAS

Gestor - PLANO BD	2017	2016
Itaú Unibanco (1)	27.681	20.066
BRL Trust (2)	188	44
	27.869	20.110
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs (1)	279.134	283.519
	307.003	303.629

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

(2) Banco Citibank S/A

Gestor - PLANO CD	2017	2016
Votorantim Asset Management (2)	842.893	599.027
Vinci Partners (1)	12.080	11.309
Quest Investimentos (4)	8.732	569
Ibiuna Investimentos (1)	8.719	2.521
Atmos Capital (5)	5.061	4.077
Rio Bravo (1)	3.741	2.726
Oceana Investimentos (5)	3.618	-
Constellation Asset Management (5)	3.600	-
BRZ Investimentos (1)	3.595	4.114
Sul América Investimentos (2)	3.403	4.992
BRL Trust (3)	374	88
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	-	16.242
Bradesco Asset Management (1)	-	371
	895.816	646.036
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	78.269	227.758
	974.085	873.794

Custodiantes:

(1) Banco Bradesco S/A

(2) Banco Itaú Unibanco

(3) Banco Citibank S/A

(4) Banco BTG Pactual

(5) BNY Mellon Banco

Gestor - PGA	2017	2016
Itaú Unibanco (1)	5.585	4.580
	5.585	4.580

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

4.3.3. LIMITES DE INVESTIMENTOS

A Entidade está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a qual disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.3.4. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19 novembro de 2014, estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispõe sobre o ajuste de precificação dos títulos públicos federais. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

4.3.4.1. PLANO BD

O valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 10.563.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial				NTN-B's ao custo amortizado				Ajuste de precificação	
Título	Vencimento	Quantidade	29.12.2017	Título	Vencimento	Quantidade	29.12.2017	29.12.2017	
NTN-B	15.08.2018	4.000	12.432	NTN-B	15.08.2018	4.000	12.650	(218)	
NTN-B	15.08.2020	8.235	25.732	NTN-B	15.08.2020	8.235	25.341	391	
NTN-B	15.08.2024	14.557	45.918	NTN-B	15.08.2024	14.557	40.943	4.975	
NTN-B	15.08.2030	14.756	47.035	NTN-B	15.08.2030	14.756	44.479	2.556	
NTN-B	15.05.2035	13.558	42.872	NTN-B	15.05.2035	13.558	40.516	2.356	
NTN-B	15.08.2040	10.370	33.412	NTN-B	15.08.2040	10.370	31.110	2.302	
NTN-B	15.05.2045	8.418	26.847	NTN-B	15.05.2045	8.418	21.283	5.564	
NTN-B	15.08.2050	17.100	55.449	NTN-B	15.08.2050	17.100	62.812	(7.363)	
		90.994	289.697			90.994	279.134	10.563	

4.3.4.2. PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (MODALIDADE BSPS)

Considerando a mesma metodologia mencionada no item anterior, a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 2.414.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial				NTN-B's ao custo amortizado				Ajuste de precificação	
Título	Vencimento	Quantidade	29.12.2017	Título	Vencimento	Quantidade	29.12.2017	29.12.2017	
NTN-B	15.08.2018	500	1.561	NTN-B	15.08.2018	500	1.581	(20)	
NTN-B	15.05.2019	500	1.551	NTN-B	15.05.2019	500	1.531	20	
NTN-B	15.08.2022	2.100	6.798	NTN-B	15.08.2022	2.100	7.243	(445)	
NTN-B	15.05.2023	400	1.285	NTN-B	15.05.2023	400	1.229	56	
NTN-B	15.08.2024	2.100	6.903	NTN-B	15.08.2024	2.100	6.700	203	
NTN-B	15.08.2030	4.450	15.181	NTN-B	15.08.2030	4.450	14.560	621	
NTN-B	15.05.2035	1.950	6.717	NTN-B	15.05.2035	1.950	6.782	(65)	
NTN-B	15.08.2040	5.400	19.194	NTN-B	15.08.2040	5.400	16.985	2.209	
NTN-B	15.08.2050	2.200	8.014	NTN-B	15.08.2050	2.200	8.179	(165)	
		19.600	67.204			19.600	64.790	2.414	

NOTAS EXPLICATIVAS

5. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos do referido grupo estão demonstrados a seguir:

	Taxa de Depreciação Anual (%)	Saldo 2016	Adição (+)	Depreciação/ Amortização (%)	Baixa (-)	Saldo 2017
Permanente		506	78	(185)	(19)	380
Imobilizado		470	50	(185)	(3)	332
Móveis e Utensílios		16	-	(2)	-	14
Máquinas e Equipamentos		25	2	(5)		22
Equipamentos de Informática		141	25	(57)		109
Software		287	23	(121)	(3)	186
Aparelhos Cinematográficos		1	-		-	1
Intangível		36	28	-	(16)	48
Desenvolvimento de Software		36	28	-	(16)	48

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a pagar assumidos nos Planos de Benefícios e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2017			2016		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Retenções de Tributos	366	706	1.072	321	614	935
Outras Obrigações	-	-	-	-	1	1
	366	706	1.072	321	615	936

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a pagar assumidos no PGA da Entidade, inclusive as provisões de férias e 13º salário dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2017			2016		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Provisões Férias	154	-	154	213	-	213
Obrigações Trabalhistas	464	-	464	475	-	475
Encargos/Tributos a Recolher	154	25	179	148	22	170
Contribuições para Custeio	-	-	-	96	-	96
Prestadores de Serviços	389	27	416	142	22	164
	1.161	52	1.213	1.074	44	1.118

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

7.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos judiciais interpostos por participantes assistidos possuem valor estimado de R\$ 53.729, dos quais R\$ 1.898 (R\$ 2.071 em 2016) encontram-se provisionados devido à indicação da consultoria jurídica quanto a sua provável realização, conforme discriminado a seguir:

Risco	2017	2016	Situação
1 - Provável (*)	2.255	2.306	Provisionado
2 - Possível	574	295	Não Provisionado
3 - Remoto	50.900	44.491	Não Provisionado
	53.729	47.092	

(*) Entre o total, R\$ 357 se refere ao processo trabalhista descrito no item 7.2

No quadro abaixo, são demonstrados os principais riscos por natureza:

Risco	Trabalhista	Previdencial	Investimentos	Total	Trabalhista	Previdencial	Total
Provável	1.993	262	-	2.255	1.659	647	2.306
Possível	339	235	-	574	295	-	295
Remoto	49.440	1.247	213	50.900	43.768	723	44.491
	<u>51.772</u>	<u>1.744</u>	<u>213</u>	<u>53.729</u>	<u>45.722</u>	<u>1.370</u>	<u>47.092</u>

Ressalta-se que, muito embora alguns desses processos tenham sido ajuizados contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS (“Fundação ELOS”), ex-administradora do plano BD, a responsabilidade legal é da PREVIG, haja vista a transferência dos ativos e passivos dos participantes reclamantes de uma entidade para a outra.

A patrocinadora Engie Brasil Energia declarou, em carta formal, que irá assumir os custos e despesas de responsabilidade da patrocinadora das ações decorrentes de reclamações de natureza trabalhista, havendo sentença favorável à parte contrária, incluindo o impacto nas Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios decorrente de eventual revisão do valor de aposentadoria paga aos Participantes. Por esse motivo a PREVIG registrou no seu ativo realizável, o compromisso assumido com a patrocinadora Engie Brasil Energia, no valor de R\$ 1.637 relativos aos reembolsos dos processos judiciais mencionados.

O risco trabalhista remoto é representado, principalmente, por uma ação coletiva cujo montante estimado é de R\$ 44 milhões. A ação refere-se ao pleito de participantes que efetuaram a migração do plano BD para o plano CD e requerem a nulidade do artigo 44 do regulamento PREVFLEX.

7.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Como consequência de uma ação trabalhista promovida contra a PREVIG, à Entidade registrou em dezembro de 2017, no plano de gestão administrativa – PGA, o valor contingencial de R\$ 357 (R\$ 235 em 2016). O processo foi movido por ex-colaborador, cujo objeto refere-se à indenização por doença de trabalho e dano moral, e se encontra em fase de julgamento.

NOTAS EXPLICATIVAS

7.3. INVESTIMENTOS

A ação judicial sob nº 014907-91.2002.4.04.7200, movida contra a União Federal para afastar a incidência da CPMF sobre a transferência de recursos financeiros, correspondente ao patrimônio dos participantes do Plano BD, da Fundação ELOS para à PREVIG à época da cisão, teve seu trânsito em julgado pelo Supremo Tribunal de Federal. A decisão foi desfavorável à PREVIG, sendo os valores depositados judicialmente revertidos a favor da União.

Os valores foram revertidos contabilmente em novembro de 2017 e correspondiam a um saldo de R\$ 1.704 (R\$ 1.648 em 2016).

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

Formado pelo patrimônio de cobertura dos Planos Previdenciais e pelos Fundos Previdenciais, Administrativos e dos Investimentos.

8.2. HIPÓTESES ATUARIAIS

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo plano, realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratamos itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº18, de 28 de março de 2006, foram apresentados nas correspondências MIRADOR 0794/16 (hipóteses biométricas e demográficas) e MIRADOR 0881/17 (hipóteses econômicas e financeiras).

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 81ª Reunião Ordinária, realizada em 12/09/2017, em que foram apresentados os resultados dos estudos de adequação das hipóteses realizados pela Mirador, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2017.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

Premissas	2017	2016
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,70% a.a.	5,70% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	100%	100%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio vigente	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	-	-
Taxa de Administração	-	-
Taxa de Crescimento Real Salarial	0,56% a.a.	0,56% a.a.

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção no Plano BD da taxa real de juros de 5,70% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano BD e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução MPS/CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, que, considerando a duração do passivo do Plano BD no encerramento do exercício anterior, de 10,13 anos, resulta em um limite inferior de 4,38% a.a. (3,69% em 2016) e um limite superior de 6,66% a.a. (5,67% em 2016), conforme limites apresentados na Portaria PREVIC nº 375 de abril de 2017 e o disposto na Instrução PREVIC nº 19 de 4 de fevereiro de 2015.

Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	O plano não permite o ingresso de novos participantes	O plano não permite o ingresso de novos participantes
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 5 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD (MODALIDADE BSPTS)

Premissas	2017	2016
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	4,90% a.a.	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio vigente	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	-	-
Taxa de Administração	-	-
Taxa de Crescimento Real Salarial	N/A	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração na modalidade BSPS do Plano CD da taxa real de juros de 5,00% ao ano para 4,90% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano CD, parcela BSPS, e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução MPS/CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, que, considerando a duração do passivo do Plano CD, parcela BSPS, no encerramento do exercício anterior, de 11,43 anos, resulta em um limite inferior de 4,37% a.a. (4,35% em 2016) e um limite superior de 6,65% a.a. (6,61% em 2016), conforme limites apresentados na Portaria PREVIC nº 375 de abril de 2017 e o disposto na Instrução PREVIC nº 19 de 4 de fevereiro de 2015.

Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

8.2.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são constituídas sob as bases atuariais apuradas pela empresa MIRADOR ATUARIAL, responsável pelos Planos de Benefícios BD e CD, administrados pela Entidade, as quais foram documentadas através do Relatório da Avaliação Atuarial Planos BD e CD nº 0159/2018, e seus anexos, emitido em fevereiro de 2018, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com o relatório, o patrimônio de cobertura do plano, constituído através das provisões matemáticas é composto da seguinte forma:

	2017			2016		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Benefício Concedidos						
Saldo de contas	-	391.974	391.974	-	294.731	294.731
Valor Atual de Benefícios Futuros	<u>334.304</u>	<u>56.142</u>	<u>390.446</u>	<u>330.197</u>	<u>44.042</u>	<u>374.239</u>
	334.304	448.116	782.420	330.197	338.773	668.970
Benefícios a Conceder						
Saldo de contas	-	523.461	523.461	-	521.824	521.824
Valor Atual de Benefícios Futuros	5.862	11.808	17.670	12.549	22.984	35.533
Valor Atual de Contribuições Futuras	(197)	-	(197)	(285)	-	(285)
	5.665	535.269	540.934	12.264	544.808	557.072
	<u>339.969</u>	<u>983.385</u>	<u>1.323.354</u>	<u>342.461</u>	<u>883.581</u>	<u>1.226.042</u>

8.2.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

8.2.2.1. SALDO DE CONTAS

O Saldo de Contas no valor de R\$ 391.974, refere-se ao Saldo de Contas Total dos participantes e dependentes em gozo de renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte do Plano CD (exceto BSPS).

8.2.2.2. VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS

O Valor Atual dos Benefícios Futuros, no valor de R\$ 390.446, correspondem aos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD.

8.2.3. BENEFÍCIOS A CONCEDER

8.2.3.1. SALDO DE CONTAS

O valor de R\$ 523.461, refere-se ao Saldo de Conta Total dos participantes que ainda não estão em gozo de renda mensal de aposentadoria do Plano CD (exceto BSPS).

O valor de R\$ 17.670 corresponde aos valores dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada, do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD;

8.2.3.2. VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

O valor de R\$ (197) corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a ser coberto pela patrocinadora Engie Brasil Energia e pelos integrantes da geração atual do Plano BD, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

9.RESULTADOS REALIZADOS

9.1. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - BD

O Resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o Plano BD apresenta, em 31/12/2017, um déficit técnico acumulado de R\$ 10.290 (R\$ 14.132 em 2016), equivalentes a 4,13% (2,63% em 2015) das provisões matemáticas do Plano BD no valor de R\$ 339.969 (R\$ 342.461 em 2016).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 10.563, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se superavitário em R\$ 273 equivalente a 0,08% das provisões matemáticas do plano.

Portanto, o resultado técnico ajustado apresentado pelo plano encontra-se em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

Patrimônio de Cobertura	329.679
(+) Passivo Atuarial	339.969
(+) (Déficit) Acumulado	(10.290)
(+) Ajuste de Precificação	10.563
(=) Superávit Acumulado (Ajustado)	273

9.1.1. ANÁLISE DA RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2017, foi de 9,19% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 7,76%, o que, em termos reais, representou obter 7,11% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,7% ao ano estabelecida para 2017, tomando com o indexador base, com 1(um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, não obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

9.2. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD (MODALIDADE BSPS)

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano CD (parte BSPS) apresenta, em 31/12/2017, um superávit técnico acumulado de R\$ 8.656, equivalente a 12,74% das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 2.414, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 11.070, equivalente a 16,29% das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano CD (parte BSPS) encontra-se tecnicamente equilibrado.

Patrimônio de Cobertura	76.605
(+) Passivo Atuarial	67.949
(+) Superávit Acumulado	8.656
(+) Ajuste de Precificação	2.414
(=) Superávit Acumulado (Ajustado)	11.070

9.2.1. ANÁLISE DA RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano (parte BSPS), ao longo de 2017, foi de 8,28% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 7,04%, o que em termos reais, representou obter 6,21% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano estabelecida para 2017, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

A premissa taxa real de juros anual foi alterada de 5,00% a.a. para 4,90% a.a.. O impacto dessa alteração foi uma elevação de R\$ 726 no passivo atuarial do plano, valor equivalente a 1,07% do passivo atuarial apurado em 31/12/2017.

9.3. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD (EXCETO BSPS)

A parcela do Ativo Líquido deste Plano comprometida com as contas individuais de participantes obteve, durante os exercícios de 2017 e 2016, os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Plano CD - CNPB - 2004002492					
Tipo Perfil	Qtde de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidades (%)		
			2017	2016	
Perfil RF	1328	549.537	11,13	14,26	
Perfil MIX I	452	225.493	11,88	14,43	
Perfil MIX II	237	68.159	13,5	15,11	
Perfil MIX III	388	72.247	15,13	15,76	
Total Geral	2.405	915.436	11,74	14,45	

10. FUNDOS

10.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O Fundo da Gestão Previdencial é constituído pela aplicação de multa por eventual atraso de pagamento de contribuições, de acordo com o inciso III do Art. 54, e pelas sobras de contribuições previstas no Art. 59 do Regulamento do Plano CD acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

10.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

10.3. INVESTIMENTOS

O Fundo dos Investimentos, denominado Fundo para Cobertura de Empréstimos, é constituído para cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de falecimento ou inadimplência dos mesmos.

A evolução dos referidos fundos foi a seguinte:

	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
Saldos em 31/12/2016	672	4.153	1.675	6.500
(Reversão)/Constituição	(155)	744	264	853
Saldos em 31/12/2017	517	4.897	1.939	7.353

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PARECER ATUARIAL

PLANO BD

Parecer atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano BD-1, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2017 e posicionado em 31/12/2017. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. A taxa de desconto utilizada nesta avaliação atuarial foi de 5,70% a.a.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 10.289.442,55, que representa 3,03% das provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 10.562.912,56, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se superavitário em R\$ 273.470,01, equivalente à 0,08% das provisões matemáticas totais do plano. Por fim, por este apresentar ETA positivo, considera-se que o plano de benefícios está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD-1, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2017 situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.



Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br

Giancarlo Giacomin Germany
Giancarlo Giacomin Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020
GIANCARLO GIACOMINI Assinado de forma digital por
GERMANY:71569170053 GIANCARLO GIACOMINI
GERMANY:71569170053
Data: 2018.02.19 10:37:25 -03'00'

Fabrizio Krapp Costa
Fabrizio Krapp Costa
Atuário - MIBA 2481
FABRIZIO KRAPP Assinado de forma digital por
COSTA:02211261043 FABRIZIO KRAPP
COSTA:02211261043
Data: 2018.02.16 09:05:53 -03'00'

PLANO CD - CONSOLIDADO

Parecer atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD, apenas o cadastro utilizado para a parcela BSPS do plano fornecido pela Entidade tem data-base em 31/10/2017 e foi posicionado em 31/12/2017. O cadastro da parcela CD "pura" do plano tem data-base em 31/12/2017 e os saldos de conta estão posicionados nessa mesma data. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança da premissa de taxa de juros. A taxa de juros real anual utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 4,90% ao ano, uma redução de 0,1 ponto percentual em relação à taxa adotada no encerramento de 2016. Esta alteração, bem como os regimes financeiros, métodos de financiamentos e as demais premissas atuariais estão adequados às exigências da legislação em vigor, em especial a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 19/2015.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 8.655.868,01, que representa 12,74% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 2.414.054,76, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 11.069.922,77, equivalente à 16,29% das provisões matemáticas do plano na modalidade benefício definido.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano CD, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2017, situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.



Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br

Giancarlo Giacomin Germany
Giancarlo Giacomin Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020
Assinado de forma digital por
GIANCARLO GIACOMINI
GERMANY:71569170053
Dados: 2018.02.19 10:37:25 -03'00'

Fabrizio Krapp Costa
Fabrizio Krapp Costa
Atuário - MIBA 2481
Assinado de forma digital por
FABRIZIO KRAPP
COSTA:02211261043
Dados: 2018.02.16 09:05:53 -02'00'

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar
Florianópolis-SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

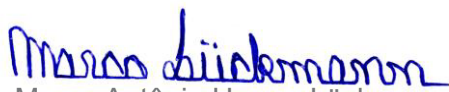
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 16 de fevereiro de 2018.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Lückmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T-PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar**, abaixo identificados, tendo examinado o Balanço Patrimonial - Consolidado levantado em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, considerando o Parecer Atuarial emitido em 19 de fevereiro de 2018 pela Mirador Atuarial, acompanhado das respectivas Demonstrações Atuariais de cada um dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG; considerando, também, o Relatório dos Auditores Independentes, BEZ Auditores, emitido em 16 de fevereiro de 2018, e as análises complementares realizadas por este Conselho, são de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIG em 31 de dezembro de 2017, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e emitem o presente Parecer, recomendando ao Conselho Deliberativo da PREVIG a aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis do exercício de 2017.

Florianópolis, 09 de março de 2018.

Osmar Osmarino Bento
Presidente do Conselho Fiscal

Guilherme Azevedo da Silva
Conselheiro Fiscal

Henrique Geraldo Folster
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, Bez Auditores S/S e do atuário externo, Mirador Assessoria Atuarial Ltda., deliberou por aprovar por unanimidade tais Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 13 de março de 2018.



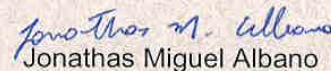
Adir Flávio Sviderskei



Aline Cristina Koladycz Bortoletto Santos



Eriq Luis Gonçalves



Jonathas Miguel Albano



Marcelo Cardoso Malta



Pedro Camacho dos Santos



Renato Fracchetta



Rogério Benjamin Schmitt



Romualdo Rossato

PREVIG - Sociedade de Previdencia Complementar

CNPJ 05.341.008/0001-35
Rua Dom Jaime Câmara, 229 - 1º Andar
Ed. Frei Junípero, Centro
Florianópolis / SC CEP: 88015-120
Fone: 0800-645 0555 ou (48) 3221-5500
Fax: (48) 3221-5505
www.previg.org.br / www.facebook.com/Previg

Conselho Deliberativo

Titulares: Marcelo Cardoso Malta, Suzana Blum Spinelli Paraiba, Romualdo Rossato, Jonathas Miguel Albano, Brena Drumond Ribeiro, Adir Flavio Sviderskei, Enio Luis Gonçalves, Rogério Benjamin Schmitt e Pedro Camacho dos Santos.

Suplentes: Márcio de Abreu Arruda, Aline Cristina Koladicz Bortoletto Santos, Valdeci Francisco Algayer, Lisandra Stein e Souza Heldwein, Renato Fracchetta, Orlando José Antunes, Leonel de Castro Brasil, Roberto Bispo Pereira e Anselmo Arlotta.

Conselho Fiscal

Titulares: Osmar Osmarino Bento, Guilherme Azevedo da Silva e Henrique Geraldo Folster.

Suplentes: Helder Walter, Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos e Luiz Francisco da Silva Eibs.

Comitê de Investimentos

Titulares: Fernando Aires de Alencar, Eduardo Takamori Guiyotoku, Luciano de Farias, Antônio Francisco Moser, Celso Ribeiro de Souza (Diretor Superintendente) e Levi Nagano (Diretor Administrativo e Financeiro).

Suplentes: Josete Muller Ledra, Patrícia Fabiana Barbosa P. Farrapeira Muller, Gustavo Alves, Leonardo Germano Depiné e Flávio Silva de Lima (Gerente de Investimentos).

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: Celso Ribeiro de Souza
Diretor Administrativo e Financeiro: Levi Nagano
Diretora de Seguridade: Regina de Souza

